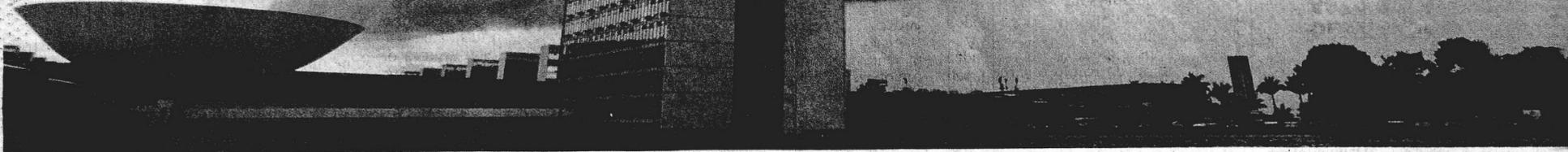


BRASÍLIA: GULLIVER AMARRADO PELOS ANÕES.

*A futurista capital da República,
"uma encenação teatral do
próprio poder", isola a elite
política do resto País e leva à
formação de uma cultura
singular muito lucrativa.*

□ Por Guy Sorman



No Ministério da Fazenda, como em toda Brasília, o ministro é branco e os contínuos são negros. Fernando Henrique Cardoso mostra em seu rosto cansado todos os males do país. A pressão permanente dos parlamentares exigindo seu tributo, e as limitações da Constituição proibem Cardoso de fazer a política que ele sabe que deveria aplicar. Ele sabe muito bem que a inflação enriquece os ricos e empobrece os pobres. Sabe também sabe que a estabilização seria tecnicamente possível, como na Argentina, mas quem estaria interessado nela?

"A inflação — diz Cardoso — tornou-se um negócio". Ela permite aos parlamentares inscrever no Orçamento promessas que não serão cumpridas; aos poupadores e empresários, ela permite enriquecer sem risco; e ao Estado, equilibrar seu orçamento ficticiamente. Quem teria interesse na estabilidade monetária seriam as massas invisíveis e sem voz, mais sensíveis aos discursos demagógicos que aos arcanos monetaristas. "Nossas elites são cegas", estima Cardoso. Elas não vêem o agravamento das tensões sociais. Em breve, os ricos terão de viver dentro de bunkers. "Quando eu realizava pesquisas sociológicas nas favelas, há 30 anos, eu não corria nenhum risco físico", lembra Cardoso. "Hoje eu seria assassinado. Eu faço um trabalho sujo", conclui Cardoso. Seu coração hesita, evidentemente, entre a tentação do poder e a de retornar à reflexão acadêmica.

Eis um homem de Estado. Se ele não chegou ao topo, talvez tenha sido por um excesso de ironia áspere. Roberto Campos não suporta nem os imbecis, nem as falsas idéias, o que reduz sua base eleitoral. Defensor constante de um capitalismo autêntico, ele estima que o trabalho de abertura iniciado por Collor está longe do fim. Campos enumera os vários campos de atividade que devido à Constituição, à lei ou a qualquer regra burocrática, são inacessíveis ao setor privado e aos investidores estrangeiros.

ONDE A TELEFONIA PERMANECEU NO SETOR PRIVADO O TELEFONE FUNCIONA MELHOR

Segundo Campos, só a privatização manteria ao Estado brasileiro reduzir suas dívidas, levando consequentemente a uma queda nas taxas de juros e, afinal de contas, a uma retomada do investimento privado. Parece-lhe que as demissões provocadas pelas futuras privatizações poderão ser amplamente compensadas pela criação de novas atividades, graças a esta redução das taxas de juros. "O Brasil — diz Campos — é o país do espírito de iniciativa reprimido."

Por que o Brasil resiste à privatização, generalizada na América Latina? Porque, como as empresas públicas brasileiras são menos mal administradas que costumava ser o setor público no resto do continente, teme-se obter um sucesso apenas parcial da Petrobrás ou da Telebrás, estima Campos. Mas onde a telefonia permaneceu milagrosamente no setor privado, no sul de Minas Gerais, o telefone funciona melhor e custa menos do que no resto do país.

Campos espera que a privatização das estatais do petróleo na França influencie os espíritos. Em todo caso, ele pretende explorar este novo "modelo francês". Campos tem razão de A a Z, mas em política será que basta ter razão? Os liberais brasileiros, parece-me, ainda não encontraram o meio para convencer o povo quanto à superioridade da economia de mercado em benefício dos mais pobres.

O ex-ministro da Indústria e do Comércio,

José Eduardo Andrade Vieira, apesar de estar no coração do Estado, estima que não há Estado no Brasil. O Estado — explica ele — é apenas uma máquina de distribuir as riquezas captadas no sul aos estados do norte. É verdade que Andrade é um próspero banqueiro do Paraná. A redistribuição que ele denuncia obedece à dupla limitação imposta pela Constituição e pela super-representação parlamentar do Norte, que remonta a 1946 e foi agravada pela ditadura militar. Esta redistribuição parece ao ministro ainda menos legítima porque ela não enriquece, no entanto, as populações do norte. Apenas os ricos do norte tornam-se ainda mais ricos.

Eu sei que Andrade tem ambições nacionais (quem não é candidato à Presidência da República?). Eu lhe pergunto se ele ousaria repetir esta análise numa campanha nacional. Ele me garante que sim. Mas eu estou certo de que não. Nem por isto a análise deixa de ser exata. O Brasil possui, ao mesmo tempo, Estado demais onde ele não é necessário, e Estado de menos onde ele seria indispensável.

Rubens Ricúpero pertence à raça de qualidade dos grandes servidores do Estado formada pelo setor diplomático. Fico espantado por encontrar tanta inteligência e integridade no coração de um sistema de Estado tão envelhecido. Para o ministro do Meio Ambiente, a prioridade não é salvar as árvores, mas salvar os homens. Particularmente, permitir que os 17 milhões de brasileiros que habitam a Amazônia, quase todos urbanos, possam ter uma existência decente. A floresta, estima Ricúpero, deve ser explorada racionalmente, como na Malásia ou na Indonésia. Além disto, a Mata Atlântica parece-lhe mais ameaçada que a Amazônia. Enfim, a prioridade real é melhorar a qualidade do ar e da água nas grandes aglomerações.

Eu só posso concordar com esta análise rigorosa, que desagradará aos ecologistas românticos. Será preciso lembrá-los de que a civilização está baseada não sobre o culto da natureza, mas sobre seu domínio? Não é a floresta que funda a humanização, mas o jardim. O maior ecologista brasileiro, a meu ver, é o maior paisagista do país: Roberto Burle Marx.

"Quando eu estive em Harvard, em 1986, eu estudei a hiperinflação", explica-me Gustavo Franco, num inglês perfeito. "Eu não imaginava nem por um instante que teria de administrá-la um dia." O diretor do Banco Central, de aspecto juvenil, é bem representativo das elites hiper-qualificadas do Brasil. Ele me faz pensar na brincadeira dita pelo industrial paulista, Paulo Cunha: "Todo brasileiro, separadamente, é inteligente; juntos, eles são idiotas. No Japão, é o contrário."

Franco me explica, com a ajuda de gráficos, como a hiperinflação permite, ao mesmo tempo, multiplicar as promessas políticas, inscrevendo-as no Orçamento; e torna impossível executá-las, porque as receitas estão indexadas, mas os gastos não. Aparentemente, o Orçamento equilibra-se quando ele é votado pelo Congresso.

Gustavo Franco já deve ter prontinho, na sua gaveta, o plano de estabilização. Falta apenas um presidente suicida ou autoritário para aplicá-lo. Seria preciso, sobretudo, a meu ver, um presidente pedagogo para explicar que a estabilidade monetária enriqueceria os mais pobres e incitaria os empresários a investir, portanto, a criar empregos em vez de especular.

O senador Eduardo Suplicy tenta me persuadir quanto à transformação do PT em partido responsável e de modo algum hostil aos empresários. Afinal, ele não organizou muitas reuniões de trabalho entre

os grandes empresários por todo o Brasil, com Lula? Este estaria, parece, consciente quanto à importância do investimento privado, e ao crescimento do mercado. Em suma, o PT — ou pelo menos seu líder — teria aderido à ideologia liberal da época. Com nuances, bem entendido. Suplicy deixa pairar alguma dúvida sobre uma eventual nacionalização dos bancos.

Segundo o senador, a chave da transformação da sociedade brasileira seria a criação de uma renda mínima garantida para todos os cidadãos. Seus cálculos lhe permitem afirmar que os recursos públicos são suficientes, desde que administrados de outra forma. Astuciosamente, ele imagina aumentar este mínimo garantido em benefício das famílias que dessem uma escolaridade às suas crianças e daqueles que tivessem um emprego legalizado.

NINGUÉM "VIVE" EM BRASÍLIA, COM EXCEÇÃO DAS FAVELAS QUE RODEIAM A CAPITAL.

Eu observo ao simpático senador que a renda mínima garantida existe nos EUA, na Suécia, na França. A pobreza talvez seja atenuada nestes países, mas assiste-se à constituição de uma sub-classe, que vive apenas de rendimentos públicos e os complementa por meio de atividades ilegais. Suplicy não parece estar muito informado sobre estas falhas e estima que, de toda maneira, este efeito perverso seria menos grave do que a pobreza atual de 60 milhões de brasileiros. No papel, ele tem razão. Mas ele me parece superestimar gravemente a capacidade do Estado brasileiro não somente para financiar, como ainda mais para gerir um programa tão ambicioso. Parece-me que seria melhor favorecer o investimento privado para criar empregos.

O deputado Tilden Santiago reuniu à sua volta, no refeitório da Câmara, seus colegas e colaboradores de Minas Gerais. Dali contempla-se Brasília, que não é uma cidade, mas uma encenação teatral do próprio poder. Esta arquitetura abstrata e lunar, o isolamento em relação ao país real, conduzem necessariamente ao desenvolvimento de uma cultura singular. Ninguém "vive" em Brasília, com exceção das favelas que rodeiam a capital. Cada um está aqui para praticar o culto ao Estado, que às vezes se transforma numa empresa lucrativa.

Mas não é Tilden Santiago que poderá ser suspeito de aspirar nem ao poder, nem ao dinheiro. Este antigo padre operário, com um exemplar percurso de militante do PT, embebido pela Teologia da Libertação, sonha é com a redenção. Ele exprime um júbilo comunicativo, com "a esperança de mudar a vida dos pobres". Nostálgico de Cuba, de onde ele conhece apenas estereótipos obsoletos, e da revolução frustrada dos anos 60, ele sonha agora com uma revolução suave, que eliminaria as velhas elites egoístas. Como fazer?

Ele não refletiu sobre os aspectos técnicos de uma nova política. Ele crê, em nome do marxismo, numa mobilização das forças populares; e como bom cristão, numa "conscientização". Tilden é tão caloroso e generoso que eu me sinto obrigado a lhe dar algo em troca: um breve curso de economia, para explicar que o melhor serviço que se poderia prestar aos pobres seria eliminar a inflação, este imposto cotidiano pago pelos mais miseráveis.

Eu não esperava de Daniel Dantas, presidente do Banco Icatu, um elogio a Lula. Não que este alto executivo, que pensa e fala na velocidade da luz, tenha aderido aos objetivos do PT. Ele considera apenas que é necessário que o PT demonstre sua incapacidade para gerir os mitos arcaicos que sustentam seu programa. "Os povos só aprendem por seus próprios erros", estima.

Se eu me referir à experiência francesa, constatarei que foi preciso efetivamente que os socialistas exercessem o poder para demonstrar a inépcia de suas teorias, e legitimar, ao contrário e apesar deles, a economia liberal. Dantas reconhece que é mais fácil sustentar este raciocínio na sua idade, na faixa dos 40, do que aos 60 ou 70 anos. Pronto até a passar por esta transição desagradável do poder de Lula, Dantas estima que afinal o Brasil se juntará ao campo das nações democráticas e liberais. Mas não tão instantaneamente quanto desejaríamos os neo-liberais, dogmáticos. Estes, diz Dantas, negligenciam a dimensão cultural, portuguesa, do modelo brasileiro.

Nesta tradição, o enriquecimento não provém do trabalho, mas da concessão, do monopólio que o soberano concede mas pode retomar. O que apela a um permanente servilismo em relação ao poder. Esta desvalorização do trabalho, segundo Dantas, explica porque os empresários empresariam pouco, e porque o Estado investe pouco no capital humano. A mitologia brasileira permite crer que a riqueza vem da natureza generosa do país, ao passo que no futuro ela só poderá vir do investimento no homem. Sair desta mitologia naturalista exigirá mais tempo do que imaginam em geral os neo-liberais, conclui Dantas. Temo que ele tenha razão.

Ao encontrar Paulo Guedes tive o sentimento de que está emergindo uma nova elite dirigente no Brasil, aberta ao mundo, livre de qualquer preconceito aristocrático. Guedes, aliás, provém de um meio modesto e ascendeu socialmente através do ensino público, numa época em que este ainda funcionava. Em seguida, foi graças ao capitalismo que ele conquistou sua fortuna, sem nada dever a compromissos com o poder político. E graças ao capitalismo que o Brasil poderá fugir da pobreza, pensa Guedes. Porque o drama do Brasil é não ser capitalista, mas corporativista.

A aliança entre o poder militar e os oligopólios concentrou as riquezas em benefício de alguns projetos faraônicos, marginalizando a grande massa do povo brasileiro. O povo, diz Guedes, é espontaneamente favorável à economia de mercado porque o mercado, para os mais modestos, é uma experiência cotidiana, uma estratégia de sobrevivência. Em compensação, as elites dirigentes de Brasília não têm a menor idéia do que é o mercado, porque não têm nenhuma experiência a respeito. O povo, acrescenta Guedes, está muito mais disposto a aceitar um choque liberal do que imaginam os social-democratas de Brasília. "Mas o que nos falta no Brasil é um Partido Liberal", conclui ele.

O Instituto Atlântico dirigido por Paulo Rabello de Castro, financiado por empresas, inspira-se no modelo de todos os centros de reflexão liberal que têm revolucionado, há dez anos, a vida intelectual e as ideologias econômicas na América Latina. Estas instituições liberais concorrem entre elas, o que é coerente com suas posições. Assim, o grande rival do Instituto Atlântico é o Instituto Liberal, dirigido pelo empresário Donald Stewart.

Mas Rabello de Castro defende uma versão mais social e menos dogmática da economia liberal do que o seu rival. Ele também procura atingir o maior público

possível, "comunicando" seu programa através de histórias em quadrinhos e mantendo relações com os sindicatos. Para sair da economia "mordomista", segundo Rabello de Castro, é preciso que o povo possa medir o que ele terá a ganhar com isto. Da Universidade de Chicago Paulo Rabello de Castro trouxe a idéia do *voucher*: um bônus de compra que o Estado entregaria a cada um, dando direito à escola de sua escolha, pública ou privada, ou ao serviço de saúde de sua escolha. Na sociedade liberal, tal como é concebida por ele, o Estado não desaparece, se transforma de gerente em fiador: não administraria mais as escolas e os hospitais, mas garantiria aos cidadãos o direito efetivo de acesso a eles. Utópico? Como dizia Friedrich Von Hayek, as utopias de hoje são as realidades de amanhã.

Minha viagem termina em Duque de Caxias, no subúrbio ao norte do Rio, que não faz parte, em geral, do circuito dos turistas. Ali, numa pobre sala de reunião, num domingo de manhã, os atores do Teatro dos Oprimidos, dirigido por Augusto Boal, vão representar diante de um punhado de espectadores, adolescentes na maioria. Com meios improvisados, mas um talento surpreendente, os atores representam as desgraças de uma família de migrantes fascinada pelo Rio. Eles acabaram no grande lixo de Caxias, que Boal chamou, por gozação, de Lixlu-Landia. Ali, contorcendo-se de dor devido à fome, eles tentam sobreviver selecionando o lixo, humilhados e roubados por contra-mestres, policiais e políticos. O mais surpreendente é o que se segue. Os espectadores são convidados a assumir o lugar dos atores, e a modificar à vontade o roteiro da peça. E isto funciona, como observa Augusto Boal. Como foi eleito vereador no Rio, Boal encontrou assim o meio para pagar sua trupe. O objetivo da representação é o de "conscientizar" os habitantes de Caxias, e levá-los a unir-se sob a bandeira do PT. Mas que aqueles que vêm em Boal um revolucionário perigoso fiquem tranquilos: nunca se viu na História uma revolução ser feita a partir da mobilização popular!

O ESTADO EM RUÍNAS, OS CASOS DE CORRUPÇÃO SÃO AS DORES DO PARTO DE UMA NOVA ELITE.

Os concorrentes de Boal em Caxias são as inúmeras igrejas evangélicas, auto-instituídas por pastores espontâneos. Este fornecimento de iniciativas, na região mais deserdada da Baixada Fluminense, revela uma prodigiosa vitalidade do povo brasileiro. Que pena que esta vitalidade não possa ser investida na educação de massa e no desenvolvimento econômico.

Todos os meus interlocutores brasileiros compartilham pelo menos um sentimento: o otimismo. Ninguém duvida de que o Brasil seja um grande país com a promessa de um grande futuro. De minha parte, não raciocino assim, porque isso seria crer num sentido determinista da História. Parece-me, limitando os riscos de erro, é que uma sociedade nova está nascendo sob nossos olhos. O Estado em ruínas, a economia subterrânea, os casos de corrupção são as dores do parto de uma nova elite econômica e política que vai, inelutavelmente, substituir os atuais dirigentes da sociedade "mordomista". Esta nova elite não se confunde com um partido. Ela atravessa todos eles. E poderia reunir, afinal, num mesmo projeto, a eficácia econômica, a moralidade pública e a generosidade social.